



# Prefeitura Municipal de Suzano

ESTADO DE SÃO PAULO

## Ata de Audiência Pública para Elaboração da Lei Diretrizes Orçamentárias – LDO 2018

Aos vinte e seis dias do mês de abril de dois mil e dezessete, às 14h30, no auditório do Serviço de Ação Social e Projetos Especiais - SASPE, situado na Rua General Francisco Glicério nº 1.334, nesta cidade, realizou-se a audiência pública para a apresentação das diretrizes orçamentárias que farão parte das metas dos programas e das ações que compõem a lei orçamentária anual para o exercício de 2018, reuniram-se representantes do governo e servidores, vereadores, a imprensa e a população em geral. O Sr. Itamar Corrêa Viana, Secretário Municipal de Planejamento Finanças iniciou a audiência agradecendo a participação de todos os presentes e enaltecendo a importância da participação social nos processos orçamentários. A seguir explicou o modelo orçamentário brasileiro definido na Constituição Federal de 1988 do Brasil, mostrou a diferença entre os três instrumentos: o Plano Plurianual – PPA, a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e a Lei Orçamentária Anual – LOA e passou a enfatizar a importância da Lei de Diretrizes Orçamentárias que tem como principal finalidade “orientar” a elaboração dos orçamentos fiscal e da seguridade social e de investimento do poder público, incluindo os poderes executivo, legislativo e autarquias. Busca sintonizar a LOA (Lei Orçamentária Anual) com as diretrizes, objetivos e metas da administração pública estabelecidas no Plano Plurianual. Disse ainda que a LDO, na sua concepção original, tinha como função básica orientar a elaboração dos orçamentos anuais, além de estabelecer as prioridades e metas da administração, no exercício financeiro subsequente, e que nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal, a LDO recebe novas e importantes funções, sendo as mais importantes, o estabelecimento de metas e acompanhamento de riscos fiscais com o objetivo de prevenir situações que possam levar ao desequilíbrio das contas públicas; outro ponto importante o estabelecimento de limitações à expansão de despesas obrigatórias de caráter continuado. Explicou também todos os quadros e anexos que compõe a LDO 2018, dando ênfase para os quadros da receita, onde a previsão de receita da prefeitura será de R\$ 719.689.000,00, evidenciou os parâmetros utilizados como referência que levam em conta as taxas de inflação para 2018 estimado em 4,5%, falou também sobre a receita do município que vem sofrendo com os efeitos causados pelos impactos negativos do PIB nacional. A seguir apresentou a projeção das despesas por categoria econômica e grupos de natureza de despesa, explicando os gastos para os anos 2018 a 2020 tomando como referência os anos consolidados 2016 e a LOA 2017 destacando as despesas com pessoal e encargos sociais, juros e encargos da dívida, as despesas de capital, a reserva de contingência. Apresentou os quadros das despesas e da dívida consolidada e também do resultado primário, que mostra a saúde financeira do município, uma vez que o resultado positivo evidencia que o município tem capacidade de pagar suas dívidas, disse que a reserva de contingência será fixada em 1% (um por cento) a seguir foi aberta a palavra para os presentes, não havendo pronunciamentos a audiência foi encerrada. Eu, Marcos Cesar Pereira da Silva lavrei a presente ata que vai por mim assinada.

Marcos Cesar Pereira da Silva